



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 22 de
Fevereiro de 2019

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Pedido de suspensão de mandato da Sra. Presidente da Assembleia Municipal e Eleição da nova Mesa da Assembleia Municipal -----
 - 2º. Ponto – Transferência de Competências (Lei nº.50/2018, de 16 de Agosto) - Deliberação da Assembleia Municipal no âmbito dos Diplomas Setoriais -----
 - 3º. Ponto – Proposta de Suspensão Parcial do P.U. na área da Zona Industrial da Adua e estabelecimento de medidas preventivas -----
 - 4º. Ponto – Proposta de Alteração à Organização dos Serviços Municipais -----
 - 5º. Ponto – Proposta de cedência de material à Junta de freguesia de Ciborro -----
 - 6º. Ponto – Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal 2019 – Alteração à organização de Serviços Municipais -----
 - 7º. Ponto – Declarações ao Abrigo da Lei nº.8/2012 (Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso) – para conhecimento -----
 - 8º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----
- Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----
Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Manuel Bernardo Fitas, António Manuel Martins em substituição de Vitalina Roque Sofio, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Elisabete Cebola Martins em substituição de José Carlos das Dores Zorrinho, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, João Miguel Amaro Marques, Jorge Miguel Valverde Mestrinho em substituição de António Joaquim Danado, José Maria Barroso Fernandes, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Breia, Manuel António Coelho, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Antunes em substituição de Duarte Manuel Vicente da Luz, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Martins Pinto em substituição de António Luis Pinto Xavier, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sónia Cristina dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Susana Raquel Vicente Mendes, registando-se vinte e oito presenças.-----
Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Carmen Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores António Pinetra, Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão -----

Faltou a esta sessão a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pelo que a mesma foi presidida pela Senhora Primeira Secretária da Mesa. -----

Como faltava um elemento na mesa, a primeira secretária chamou para integrar a mesa a eleita senhora Maria da Conceição Carneiro. Ainda no uso da palavra, informou que a senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou um pedido de suspensão de mandato, pelo período de cento e oitenta dias, evocando razões de saúde. De seguida, leu o documento e colocou-o à consideração do plenário, sendo aprovado por unanimidade. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Joaquim Galvão, o qual, em nome dos eleitos do Partido Socialista, desejou as melhoras à senhora Presidente da Assembleia Municipal e colocou algumas questões relativamente ao processo da sua substituição. -----

A Senhora Primeira Secretária explicou como iria decorrer o processo e de acordo com o número um do artigo quinquagésimo nono e dos números seis e sete do artigo septuagésimo sétimo e do número um do artigo septuagésimo nono da referida legislação, chamou o cidadão imediatamente a seguir da respetiva lista, senhor António Martins, que prestou juramento e assinou o Termo de Posse, assumindo assim, de pleno direito, o seu mandato na Assembleia Municipal. -----

Procedeu-se de seguida à eleição para a composição da mesa. -----

A Senhora Primeira Secretária questionou os eleitos se existiam propostas de lista, tendo sido apresentada uma única lista pelos eleitos da CDU, denominada de Lista A, que apresentava a seguinte composição: Presidente: Sandra Cristina Esperança Matias; Primeira Secretária: Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Segunda Secretária: Maria da Conceição Carneiro. Procedeu-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, a qual conduziu ao seguinte resultado: Aprovada com vinte e cinco votos a favor e três votos em branco. -----

Após a constituição da mesa, deu-se a continuação dos trabalhos, sendo colocada à discussão a proposta de ata da sessão ordinária do dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito e não havendo qualquer proposta de alteração foi a mesma votada e aprovada por unanimidade. -----

Foi ainda colocada à discussão a proposta de ata da sessão ordinária do dia trinta de novembro de dois mil e dezoito e não havendo qualquer proposta de alteração foi a mesma votada e aprovada por unanimidade. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

Pediu para intervir o eleito senhor Joaquim Galvão para colocar algumas dúvidas quanto à modalidade de voto eletrónico nas eleições para o Parlamento Europeu. -----

De seguida, usou da palavra o eleito senhor Pedro Bento o qual felicitou os membros da mesa eleitos e solicitou à mesa que fosse equacionada, na próxima sessão da Assembleia Municipal, uma alternativa às garrafas de água fornecidas aos eleitos durante as sessões. -----

Pediu a palavra a eleita senhora Susana Picanço para apresentar uma Saudação ao Dia 8 de Março, a qual se transcreve de seguida: -----

“O Dia Internacional da Mulher evoca a luta das mulheres pela conquista dos seus direitos. Comemorar o Dia Internacional da Mulher é comemorar a transformação social conseguida pela luta comum de homens e mulheres, a qual foi permitindo construir uma sociedade mais justa. Em Portugal, com a Revolução de 1974, a Constituição da República consagrou na lei a igualdade de direitos entre homens e

mulheres, conquista fundamental e decisiva, mas não suficiente para garantir essa igualdade, na vida das mulheres. Os direitos consagrados na lei revelam a luta de mulheres, uma luta que ainda se mantém, pela concretização de políticas que:

- *Combatam o desemprego, a precariedade, os baixos salários, a discriminação salarial e a desregulação dos horários de trabalho;* -----
- *Que respeitem a função social da maternidade e paternidade e assegurem o direito das mulheres a terem os filhos que desejam;* -----
- *Que valorizem os salários e pensões;* -----
- *Que combatam as violências contra as mulheres e as raparigas e reforcem a proteção e o apoio às vítimas;* -----
- *Que promovam o direito à saúde para todos e a saúde sexual e reprodutiva, no quadro do Serviço Nacional de Saúde;* -----
- *Que valorizem o estatuto social das mulheres, as suas qualificações e saberes.* -----

A contribuição das mulheres para o desenvolvimento do Mundo, do País e do Concelho é inquestionável e imprescindível. -----

A Assembleia Municipal Montemor-o-Novo, reunida em sessão ordinária no dia 22 de fevereiro de 2019, saúda: -----

- todas as Mulheres trabalhadoras, desempregadas, jovens ou reformadas, que apesar das dificuldades que as impedem de concretizar os seus projetos e sonhos, não desistem e enfrentam a vida com coragem; -----

- todas as Mulheres que decidiram assumir mais trabalho e mais responsabilidades para além da sua profissão e família, e ativamente participam na vida de instituições, associações e autarquias, enriquecendo toda a comunidade; -----

- em particular, todas as Mulheres do concelho, apelando a que persistam na luta pela defesa da sua dignidade, por uma plena igualdade de oportunidades, contribuindo para alcançar um concelho sempre em desenvolvimento e um mundo de Paz. -----

Montemor-o-Novo, 22 de fevereiro de 2019” -----

Pediu a palavra o eleito senhor Manuel Coelho dizendo que concorda com o documento, referindo ainda que tem três mulheres muito importantes na sua vida. ----

O eleito senhor Luis Machado usou da palavra para dizer que também concorda com o documento em discussão, fazendo referência a Carolina Beatriz Ângelo que foi a primeira mulher a exercer o direito de voto em Portugal, nas eleições que decorreram em vinte e oito de maio de mil novecentos e onze, para a Assembleia Constituinte. ----

Pediu a palavra a eleita senhora Elisabete Martins para realçar a urgência da criação de uma Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, porque o nosso concelho será dos poucos onde ainda não existe, questionando se a Câmara Municipal tem prevista a sua criação, a curto prazo. -----

Ainda sobre o mesmo tema, a eleita senhora Sónia Ramos disse concordar com o teor do documento, mas também com a intervenção da eleita pelo Partido Socialista, uma vez que apenas quatro concelhos no país ainda não têm uma CPCJ, os quais são do distrito de Évora e todos de gestão CDU. Considera que no âmbito da ação social, a Câmara Municipal poderia desenvolver mais iniciativas de prevenção relacionadas com a temática da não violência. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra o documento foi colocado à votação, pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, sendo aprovado por unanimidade. -

De seguida, deu a palavra ao eleito senhor Augusto Pascoal, o qual lembrou o falecimento do pianista Sequeira Costa, no dia de hoje, deixando um importantíssimo espólio musical. -----

Pedi para intervir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, senhor José Maria Fernandes apresentando uma Tomada de Posição denominada “Pela Segurança das Populações”, a qual se transcreve de seguida: -----

“A Assembleia Municipal no seguimento da sua proximidade para com as populações e na procura de um concelho mais justo, equilibrado e seguro para todos, tem por dever ouvir as justas preocupações e reivindicações da população. Nesse âmbito, tem chegado à assembleia municipal notas de grande preocupação relativamente à segurança no concelho, nomeadamente com a diminuição de efetivos da GNR no concelho de Montemor-o-Novo, em particular, nos postos das freguesias rurais. -----

Perante esta situação, existe a possibilidade de encerramento dos postos da GNR de Cabrela, Lavre, Santiago do Escoural e S.Cristóvão, onde se tem verificado a redução de efetivos o que tem vindo a preocupar as populações locais. Estas populações têm vindo a exigir um aumento do número de efetivos, de forma a que possam ser efetuados patrulhamentos noturnos. -----

Exigem também que se dote esta força e os serviços de segurança dos equipamentos e meios necessários ao cumprimento das suas missões operacionais de proximidade. Trata-se de um serviço de proximidade sentido como muito importante para a dissuasão da criminalidade, para a redução da vulnerabilidade dos mais idosos e para a segurança destas populações. -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo em solidariedade com as preocupações da população, na sua reunião de 22 de fevereiro de 2019 propõe: -----

- 1. Recusar qualquer tentativa de encerramento de postos da GNR em freguesias rurais;*
- 2. Reivindicar um aumento de efetivos da GNR no concelho de Montemor-o-Novo, bem como de meios e equipamentos necessários para que os profissionais possam desempenhar adequadamente as suas funções; -----*
- 3. Reivindicar patrulhamentos noturnos em todas as áreas do concelho -----*
- 4. Apelar à intervenção da Administração Central na melhoria das condições do Quartel da GNR em Montemor-o-Novo. -----*

Montemor-o-Novo, 22 de fevereiro de 2019” -----

Sobre o documento em discussão, usou da palavra a senhora Paula Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela dizendo que os efetivos que prestam serviço no posto da GNR de Cabrela e de Lavre, fazem patrulhamento também em Vendas Novas, por questões de proximidade. -----

Pedi também a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, António Fitas, afirmando que a situação dos Postos da GNR, nas freguesias rurais, tem-se agravado bastante nos últimos anos. No posto de São Cristóvão, atualmente, existe um funcionário efetivo, o qual faz apenas atendimento no posto, entre as nove e as dezassete horas, não havendo qualquer tipo de patrulhamento. Pelo que tem conhecimento, existe apenas uma patrulha a funcionar durante a noite, em todo o concelho. Existe nos fregueses um sentimento de insegurança e na sua opinião os postos existentes nas freguesias, a curto prazo, poderão vir a ser mesmo encerrados, pelo que é urgente que esta situação seja denunciada. -----

§

Ainda sobre o mesmo assunto, interveio o senhor Manuel Coelho afirmando que no Ciborro nunca existiu posto da GNR e que vê regularmente na freguesia uma viatura de patrulhamento, quer durante o dia, quer durante a noite. O eleito pelo PS informou ainda que votará favoravelmente o documento. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a Tomada de Posição à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Pediu a palavra a eleita pelo CDS-PP, senhora Paula Pinto para apresentar uma recomendação à Câmara Municipal, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo -----

A Bancada do CDS-PP de Montemor-o-Novo tem como objetivo, defender o programa eleitoral que apresentou aos seus co-cidadãos, considerando que só assim demonstraremos que as nossas ideias são, de facto, necessárias para a melhoria das condições de vida no Concelho. Assim, e considerando que: -----

- *os habitantes de Montemor merecem viver numa cidade aprazível, cuidada e preocupada; -----*
- *o turismo é um sector com muita importância para a economia do concelho; -----*
- *com vista à promoção do turismo outros fatores devem ser considerados como a limpeza das ruas e o seu “embelezamento”; -----*
- *a cidade é alvo de visitantes, especialmente nos pontos mais turísticos como o castelo, igrejas e áreas circundantes como a zona histórica; -----*
- *a primeira imagem que fica é de um Montemor pouco cuidado e com uma imagem despreocupada. -----*

Entende o CDS-PP de Montemor-o-Novo que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, em cooperação com quem a mesma entender de direito, deve intervir a fim de identificar e atuar a respeito do elevado número de carros abandonados e em estado de degradação que se encontram estacionados abusivamente pela cidade. -----

Assim, propõe a esta Assembleia, através de V. Exa., que aprove uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que esta promova ações que visem identificar e/ou rebocar as viaturas que se encontrem neste tipo de situações na via pública e se necessário responsabilizar os seus proprietários. -----

Montemor-o-Novo, 22 de fevereiro de 2019” -----

Sobre o documento, interveio o Vice-Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, senhor Jorge Mestrinho dizendo que as questões relacionadas com viaturas abandonadas não são competência do Município, mais das autoridades competentes. Caberá ao Município apenas alertar para a existência das mesmas. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão, António Fitas relatou também uma situação que aconteceu na freguesia de São Cristóvão, envolvendo uma viatura apreendida pela Autoridade Tributária e que apenas passados dois anos foi removida pela GNR. -----

De seguida, pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado para afirmar que a recomendação apresentada tem por objetivo apelar à Câmara Municipal para que tenha uma intervenção mais ativa relativamente às situações descritas, dizendo também que os eleitos pelo CDS-PP apenas estão a transmitir as preocupações manifestadas pelos munícipes. -----

8

De seguida o documento foi colocado à votação, sendo aprovado, por maioria, com onze votos a favor dos eleitos pelo PS (8), pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2), um voto contra de um eleito pelo PS e dezasseis abstenções dos eleitos pela CDU. -----

Voltou a usar da palavra a eleita pelo CDS-PP, senhora Paula Pinto, para questionar a Câmara Municipal se está prevista, a curto prazo, alguma intervenção no piso sintético do Parque Desportivo Municipal. -----

Interveio de seguida o eleito senhor Luis Machado para apresentar uma outra recomendação à Câmara Municipal, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo -----

A Bancada do CDS-PP de Montemor-o-Novo tem como objetivo, defender o programa eleitoral que apresentou aos seus co-cidadãos, considerando que só assim demonstraremos que as nossas ideias são, de facto, necessárias para a melhoria das condições de vida no Concelho. Assim, e considerando que: -----

- Os habitantes de Montemor merecem viver num Concelho aprazível, cuidado, preocupado com o meio ambiente e focado no futuro; -----*
- O mercado de veículos ligeiros tem evidenciado uma dinâmica de claro crescimento e desenvolvimento; -----*
- O veículo elétrico é uma escolha mais competitiva e mais racional, tanto a nível pessoal, como a nível empresarial; -----*
- é dever do Município defender a sustentabilidade ambiental do Concelho e o mesmo deve motivar a utilização de transportes amigos do ambiente; -----*
- A mobilidade elétrica é uma prioridade nacional. -----*

Assim, propõe a esta Assembleia, através de V. Exa. que aprove uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que esta promova, em cooperação com a rede MOBI.E e demais parceiros a quem entender de direito, a instalação de 3 postos de abastecimento para veículos elétricos no Concelho de Montemor-o-Novo o mais prontamente possível. -----

Montemor-o-Novo, 22 de fevereiro de 2019” -----

Sobre a recomendação, o eleito senhor Guilherme Franco solicitou ao eleito pelo CDS-PP alguns esclarecimentos sobre o funcionamento da rede MOBI.E -----

O eleito senhor Luis Machado esclareceu que a rede MOBI.E é uma entidade criada pelo governo para fazer a gestão dos postos de abastecimento de veículos elétricos no país. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a recomendação à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. --

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Luis Machado para questionar a senhora Presidente da Câmara Municipal se relativamente às antigas bancas existentes no Mercado Municipal estão a ser tomadas medidas de prevenção para não serem danificadas, uma vez que fazem parte do património. Questionou ainda no que consiste a Operação Comunidade empenhada na promoção do sucesso escolar. -----

Interveio de seguida o eleito senhor Márcio Veríssimo para apresentar uma moção pela efetiva implementação do SUB em Montemor-o-Novo, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

O SUB (Serviço de Urgência Básica) de Montemor-o-Novo, assim qualificado pelo despacho n.º 5414/2008, de 28 de fevereiro, onde são definidos e classificados os serviços de urgência que constituem os pontos da Rede de Referência de -----

Urgência/Emergência continua, hoje, a ser um SUB apenas na sua designação, uma vez que os seus serviços mínimos definidos pelo despacho nº 10319/2014, 8 de novembro, continuam longe de ser assegurados, uma vez que existem as seguintes lacunas: -----

- Ao nível dos recursos humanos: Deveria de ter, em permanência, dois Médicos, dois Enfermeiros, Técnico(s) de Diagnóstico e Terapêutica de áreas profissionais adequadas, de acordo com a diversidade dos exames a efetuar, um Assistente Operacional com funções de auxiliar de ação médica e um Assistente Técnico, por equipa; -----

- Ao nível de equipamento: para além da ambulância de suporte imediato de vida (SIV), deveria e ter material para assegurar a via aérea, ventilador portátil, Monitor de Sinais Vitais com desfibrilhador manual e automático, saturímetro, capnógrafo e marca passo externo, eletrocardiógrafo de 12 derivações, equipamento para imobilização e transporte de traumatizados, condições e material para pequena cirurgia, radiologia simples (para esqueleto, tórax e abdómen), patologia química/química seca e capacidade de medição de gases do sangue e lactatos; -----

- Uma ambulância de suporte imediato de vida SIV, ativável apenas pelo CODU do INEM, em gestão integrada, cujo elemento de enfermagem participa, além da atividade pré-hospitalar, na prestação de cuidados no Serviço de Urgência e colabora no transporte de doentes críticos. -----

Particularmente ao nível de recursos humanos e da presença da Ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV), o SUB de Montemor-o-Novo não cumpre os serviços mínimos, definidos por lei. -----

Assim, e considerando que: -----

- Se tem vindo a verificar uma recorrentemente sobrelotação de Serviço de Urgência do Hospital Espírito Santo de Évora, onde se verifica, diversas vezes, retenção de ambulâncias por inexistência de macas para transferir doentes e incumprimento do tempo de espera máximo definido para cada doente. Essa sobrelotação poderia ser minorada com a existência de serviços de urgência intermédios com acesso a mais meios complementares de diagnóstico, que permitissem identificar um diagnóstico e prescrever uma terapêutica sem necessidade de transferir o doente. -----

- Existe apenas uma VMER no distrito de Évora, o que, dada a dimensão do distrito, implica que uma saída para uma zona limítrofe representa uma indisponibilidade de várias horas. -----

- A SIV mais próxima de Montemor-o-Novo fica sediada no SUB de Estremoz e serve toda a zona dos mármorez, demorando a sua deslocação a Montemor-o-Novo cerca de uma hora, tempo demasiado longo quando se trata de emergência médica. -----

- Em inúmeras situações é necessário apoio diferenciado para fazer a transferência de doentes entre o SUB de Montemor-o-Novo e hospitais de valências superiores sendo para isso mobilizada a VMER de Évora e a ambulância INEM sediada nos BV de Montemor-o-Novo, canalizando 2 meios de socorro para uma missão que deveria de ser efetuada pela SIV sediada no SUB. -----

Pelo exposto, exigimos a implementação do Serviço de Urgência Básica em Montemor-o-Novo com todas as valências definidas pelo despacho 10319/2014, de 8 de novembro. -----

Salientando a existência de uma SIV em permanência no SUB de Montemor-o-Novo que serviria, não só o concelho de Montemor-o-Novo, como também concelhos

A
S

próximos, pois poderia ser ativada por ordem do CODU para apoio diferenciado aos bombeiros, de Montemor-o-Novo e concelhos vizinhos. -----

Montemor-o-Novo, 22 de fevereiro de 2019. -----

Interveio a eleita senhora Fátima Breia dizendo que se trata de um assunto muito importante e foi devido à intervenção do Partido Socialista que se concretizou a SUB em Montemor-o-Novo. -----

Relativamente ao documento a eleita referiu que a parte que diz respeito à SIV é da competência do INEM e que já terá sido anunciada a sua colocação, a curto prazo, em Montemor-o-Novo. No que respeita à SUB, a equipa ainda não se encontra completa, tem apenas um médico e um enfermeiro. -----

De novo no uso da palavra, o eleito senhor Márcio Veríssimo referiu que os eleitos pela CDU pretendem com a apresentação desta moção, exigir que o SUB de Montemor preste um melhor serviço aos montemorenses e não só, uma vez que após a criação da SIV, esta poderá atuar também nos concelhos vizinhos. -----

Pedi para intervir o eleito senhor Luis Machado referindo que teve que se deslocar ao SUB recentemente com um familiar, verificando que o mesmo não está a funcionar corretamente, existindo muitas questões a serem avaliadas, considerando que o Município já deveria ter tido alguma intervenção. -----

Uma vez que não existem outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

Pedi a palavra o eleito senhor Joaquim Bastos referindo-se ao facto dos senhores Vereadores do Partido Socialista, eleitos nesta Câmara, nunca aparecerem mencionados no Boletim Municipal. O mesmo eleito, solicitou esclarecimentos à senhora Presidente da Câmara relativamente à instalação, na ZIA, de uma empresa de gelados, cuja assinatura de contrato terá decorrido em setembro de 2017, com um investimento previsto de 3 milhões de euros. -----

O eleito pelo CDS-PP, senhor Luis Machado pediu a palavra para relembrar que há algum tempo atrás, também já apresentou uma recomendação à Câmara Municipal no sentido haver um espaço no site, mas também no Boletim Municipal, com informação sobre os documentos e outras informações apresentados nas sessões da Assembleia Municipal. -----

Ainda sobre o mesmo tema, a eleita senhora Sónia Ramos informou que, também apresentou uma proposta semelhante relativamente ao espaço da Assembleia Municipal no site do Município, realçando o percurso de vida de cada eleito, assim como a divulgação dos trabalhos relativamente a cada sessão. -----

De seguida usou da palavra a eleita senhora Elisabete Martins, questionando se a Câmara Municipal tinha dados sobre o número de acidentes/ocorrências na estrada nacional de acesso a Foros de Vale de Figueira, nos últimos anos e quais as diligências que tomou junto da entidade competente face a este flagelo. -----

Pedi a palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal, felicitando a mesa recentemente eleita, disponibilizando todo o apoio institucional necessário e cumprimentando todos os presentes na sala. Relativamente às questões colocadas pelo eleito senhor Joaquim Galvão informou que as eleições para o Parlamento Europeu no dia vinte e seis de maio próximo terão duas grandes alterações: a eleição por secção do voto será feita por ordem alfabética e a aplicação, por proposta

governamental, de um projeto piloto de voto eletrónico, a nível do distrito de Évora. Disse ainda que já decorreram algumas reuniões técnicas para tratar este processo, que existirão seis mesas de voto eletrónico no nosso concelho, onde poderá votar qualquer eleitor do distrito e que serão a acrescer às mesas de voto tradicional. Quanto à localização, informou que as mesas de voto eletrónico estarão disponíveis em número de quatro para a União de Freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila e Silveiras, uma mesa na freguesia de Santiago do Escoural e uma outra mesa para a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre. -----

Sobre a criação da CPCJ, disse que o processo está em fase de discussão no Conselho Local de Ação Social, em conjunto com os outros parceiros envolvidos nesta matéria, no sentido de se avançar ou não para a sua criação. -----

De seguida a senhora Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador António Pinetra, o qual informou que relativamente às questões sobre os postos da GNR no concelho, decorreu uma reunião com o Comando Distrital de Évora, em que a Câmara Municipal manifestou todas as preocupações de funcionamento dos mesmos, tendo sido informada que o Comando Distrital não tinha meios humanos para reforçar as brigadas de vigilância nestes postos. Informou ainda que em reunião com a senhora Secretária de Estado sobre a questão das obras no Posto de Montemor, a Câmara foi informada que não se trata de um Posto considerado prioritário para a realização de obras. -----

No que respeita concretamente às obras no Mercado Municipal, informou que as mesmas já tiveram início e, concretamente, em relação às bancadas informou que numa parte serão para manter e numa outra serão instaladas bancadas amovíveis. Informou também sobre as dificuldades sentidas para desmontar as bancadas existentes, mostrando disponibilidade para acompanhar todos os eleitos interessados em visitar a execução dos trabalhos. Em relação à EN 114, disse que as preocupações manifestadas pela eleita do PS já foram transmitidas às entidades competentes. Informou ainda que após o final da última reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, na qual participa um representante das Infraestruturas de Portugal, deslocou-se aos locais considerados os pontos negros, daquela via. -----

Retomou o uso da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal referindo que apenas está prevista a manutenção/conservação do piso sintético no Parque Desportivo Municipal. -----

Ainda no uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara referiu que relativamente ao assunto apresentado através da recomendação do eleito senhor Luis Machado, a câmara municipal já efetuou alguns contactos com a empresa MOBI.E e recentemente foi contactada por parte de um outro potencial operador interessado na instalação de postos de abastecimento de veículos, o qual apresentou uma proposta concreta, que está em análise pelos serviços. -----

De seguida deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto, o qual informou que a câmara investiu numa nova infraestrutura, no valor de quarenta e oito mil euros, instalada neste edifício, numa sala própria, com controle de acesso aos diversos equipamentos. - Para além disso, foram criados dois bastidores que abrangem os seis servidores existentes atualmente. Está ainda prevista a aquisição de mais equipamentos durante o presente ano. Está ainda prevista, a curto prazo, a substituição da rede estruturada deste edifício, faseadamente, investimento calculado em vinte e cinco mil euros, a qual

decorre a um ritmo faseado para que seja possível manter todos os serviços em funcionamento. -----

Informou ainda que se encontra aprovado desde maio de dois e dezoito uma candidatura da Câmara Municipal, no âmbito do Programa 2020, para um Projeto designado de Comunidade Empenhada no Sucesso Escolar, o qual será financiado a oitenta e cinco por cento. Foi criado, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, e inclui várias ações multidisciplinares, no âmbito da educação e da cultura, sendo um dos objetivos principais envolver também o movimento associativo e outras entidades externas. Todo este processo requer cerca de quarenta procedimentos de contratação, assim como, o recurso aos técnicos superiores do município, que já estão neste momento a desenvolver trabalho. -----

Retomou a palavra a Sra. Presidente para referir que relativamente à empresa de fabricação de Gelados, a instalar na ZIA, a Câmara Municipal efetuou contactos com a mesma em novembro de dois mil e dezoito, prevendo-se para breve a assinatura de contrato. -----

Pedi a palavra o eleito senhor Luís Machado para informar que os eleitos pelo CDS-PP têm interesse em visitar a obra de requalificação do mercado. -----

Voltou a usar da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal, para colocar à consideração dos eleitos a introdução de três pontos na Ordem do Dia, proposta que foi aceite. -----

Deu início à ordem de trabalhos, passando-se de imediato para o segundo ponto. -----

2º. Ponto – Transferência de Competências (Lei nº.50/2018, de 16 de Agosto) - Deliberação da Assembleia Municipal no âmbito dos Diplomas Setoriais -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que, no âmbito da Transferência de Competências, a Câmara Municipal terá de pronunciar-se novamente sobre os últimos quatro diplomas publicados ou seja: o Decreto-Lei nº. 20/2019 sobre as competências nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos; o Decreto-Lei nº. 21/2019 sobre as competências no domínio da educação; o Decreto-Lei nº. 22/2019 sobre as competências no domínio da cultura e o Decreto-Lei nº.23/2019 sobre as competências no domínio da saúde. Disse também a Câmara Municipal mantém todas as dúvidas e preocupações sobre este processo, as quais fundamentaram todas as decisões já tomadas anteriormente, sendo agora, e no que respeita às questões no domínio da educação e da saúde se agravaram, porque está ser posta em causa a universalidade do acesso a estes serviços, informou que a Câmara Municipal decidiu também rejeitar o exercício das referidas competências, para os anos de 2019 e 2020. -----

Sobre este ponto, o eleito senhor Pedro Bento questionou se a Câmara Municipal deverá ter um papel ativo quanto à promoção da saúde dos Montemorenses. -----

Voltou a usar da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que o que está abrangido pelas competências sociais do Estado e do modo como está a ser estruturado, põe em causa o acesso a esses serviços, uma vez que estão a ser tomadas decisões municipais e não decisões nacionais. Tal como até agora, a Câmara Municipal pretende manter um papel ativo na promoção da saúde dos montemorenses, no âmbito das suas competências. -----



Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU; nove votos contra dos eleitos pelo PS e três abstenções dos eleitos pelo CDS-PP (2) e pelo PSD(1). -----

3º. Ponto – Proposta de Suspensão Parcial do P.U. na área da Zona Industrial da Adua e estabelecimento de medidas preventivas. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal para dizer que devido a algumas questões no âmbito da contratação não foi possível avançar com o processo de revisão do referido Plano de Urbanização e na sequência disso acabaram por caducar as medidas preventivas já aqui aprovadas. Ainda no uso da palavra, afirmou que se propõe à Assembleia Municipal que aprove um outro conjunto de medidas preventivas a aplicar durante este período de revisão, as quais caducarão assim que entrar em vigor a revisão do Plano Diretor Municipal e têm o parecer favorável da CCCR. -----

Interveio o eleito senhor Joaquim Galvão informando que vão votar favoravelmente a proposta apresentada, porque considera que temos de criar mais incentivos à instalação de indústrias na Z.I.A. -----

A eleita senhora Sónia Ramos questionou a Câmara Municipal sobre que tipo de contratação não foi possível concretizar neste prazo de dois anos estipulado para fazer esta revisão e quais as razões. -----

Em resposta ao eleito senhor Joaquim Galvão, a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que foi aprovado há vários anos um conjunto de incentivos à instalação de empresas na ZIA, o qual continua a ser aplicado. Informou que se encontra em fase de conclusão a elaboração de um Regulamento de incentivos adequado às exigências atuais. -----

Em resposta à eleita senhora Sónia Ramos referiu que para a elaboração deste processo de revisão procedeu à contratação de uma empresa externa, através de uma prestação de serviços, porque devido à especificidade das matérias, internamente não é possível dar resposta. -----

Informou também que ocorreu um atraso nesse procedimento de contratação, relacionado com a falta de resposta às questões colocadas e por essa razão teve que ser lançado um outro procedimento, impossibilitando assim o cumprimento do prazo estipulado de dois anos. Neste momento já se encontra outra equipa a trabalhar na revisão do P.U. e de acordo com as últimas informações, considera que não serão necessários mais dois anos para a sua conclusão. -----

Voltou a pedir a palavra a eleita senhora Sónia Ramos solicitando informação se a Câmara terá ativado a cláusula indemnizatória, uma vez que houve um prejuízo de interesse público. Considera que se tratam de situações graves, as quais não estão explicadas nos documentos, com clareza. Na sua opinião, existe responsabilidade da Câmara, neste caso, porque não se certificou da capacidade técnica ou da capacidade financeira ou outros problemas, dessa equipa. -----

Em resposta a senhora Presidente da Câmara Municipal disse que não possuía, de momento, informações sobre a entidade a quem adjudicada, mas que será remetida, logo que possível. -----

Interveio de novo a eleita senhora Sónia Ramos afirmando que se irá abster na votação desta proposta, uma vez que Câmara Municipal não consegue esclarecer as suas dúvidas. -----

Pediu para intervir o eleito senhor Luis Machado afirmando que não vai votar favoravelmente o documento, por falta de informação, uma vez que a Câmara não está a conseguir explicar a proposta. -----

Ainda sobre a proposta, interveio de novo a eleita senhora Sónia Ramos apresentando uma proposta à mesa para que fosse retirado da ordem do dia este ponto. -----

Assim sendo, a proposta foi colocada à consideração pela senhora Presidente da Assembleia da Municipal, a qual foi reprovada. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado para informar que os eleitos pelo CDS-PP vão ausentar-se da sala durante o período de votação da proposta, por falta de esclarecimentos relativamente à mesma, por parte da Câmara Municipal. -----

De seguida também o eleito senhor Joaquim Galvão informou que todos os eleitos pelo PS, se irão ausentar da sala de sessões. -----

A eleita pelo PSD, senhora Sónia Ramos também se retirou durante a votação da proposta. -----

O documento é colocado à votação, pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, sendo aprovado, por unanimidade, dos eleitos presentes (dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU). -----

4º. Ponto – Proposta de Alteração à Organização dos Serviços Municipais -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que de acordo com a lei cabe à Assembleia Municipal deliberar sobre a estrutura da organização dos serviços municipais, sendo que a proposta que hoje se apresenta assenta na manutenção da estrutura existente e no aumento do número de chefias intermédias a criar ou a reforçar. Será uma estrutura flexível hierarquizada, com cinco divisões dirigidas por chefias intermédias de segundo grau (existiam apenas quatro divisões) e novas chefias de terceiro grau para as unidades a serem criadas dentro das estruturas da divisão, no sentido de reforçar a estrutura de chefias. Para além disso, existirão oito subunidades, das quais três serão dirigidas por Coordenadores Técnicos e as restantes dirigidas por Encarregados Operacionais. Estão ainda previstas duas Equipas de Projeto para proceder a projetos específicos. -----

Pediu a palavra a eleita senhora Sónia Ramos para perguntar sobre qual o impacto no orçamento municipal relativamente as estas alterações da estrutura da organização e dizendo que a proposta não apresenta justificação para a necessidade de realizar esta reorganização. -----

Interveio o eleito senhor Joaquim Galvão dizendo que concorda com as questões evocadas pela eleita do PSD, referindo também que esta reorganização será mesmo necessária porque a Câmara Municipal terá de preparar mais técnicos, quando tiver de receber as competências a partir do ano e dois mil e vinte e um. -----

Em resposta à intervenção da eleita senhora Sónia Ramos, a senhora Presidente da Câmara afirmou que a última reorganização que ocorreu em dois mil e quinze foi por imposição legal quanto ao número máximo de dirigentes. Neste momento e uma vez que foi levantado esse impedimento, achámos importante fazer uma avaliação interna, através da realização de uma consulta aos trabalhadores, dirigentes e chefias, tendo-se concluído ser relevante para o funcionamento dos serviços o reforço, dentro

5

de cada divisão, com chefias intermédias. O impacto orçamental poderá chegar aos cento e quarenta e seis mil euros. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a proposta em discussão foi colocada à votação pela senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e doze abstenções dos eleitos pelo PS(9); pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

5º. Ponto – Proposta de cedência de material à Junta de Freguesia de Ciborro -----

Relativamente a esta proposta a senhora Presidente da Câmara informou que se trata de um apoio à referida Junta de Freguesia através da cedência de material, cabendo agora à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre a mesma. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, a proposta foi colocada à votação. -----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

6º. Ponto – Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal 2019 – Alteração à organização de Serviços Municipais -----

Sobre este ponto a senhora Presidente da Câmara salientou que tal como tinha referido anteriormente esta reorganização de serviços implica a criação de oito postos de trabalho para dirigentes intermédios de terceiro grau, uma vez que todos os outros cargos já se encontravam previstos no Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dezanove. -----

Não havendo questões sobre o documento, foi o mesmo colocado à votação de imediato. -----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e doze abstenções dos eleitos pelo PS(9); pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

7º. Ponto – Declarações ao Abrigo da Lei nº.8/2012 (Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso) – apenas para conhecimento -----

8º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Pediu a palavra o eleito senhor Augusto Pascoal para questionar se o Projeto da “Comunidade Empenhada no Sucesso Escolar” está a ser desenvolvido em articulação com o Agrupamento de Escolas. -----

A senhora Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto o qual afirmou que desde o início que o Projeto teve um grande envolvimento do Agrupamento de Escolas, sendo desenvolvido em grande parte nas instalações da Escola EB 2,3 de S. João de Deus. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Augusto Pascoal para questionar se o Projeto envolve algum tipo de investimento na formação dos professores, porque considera primordial capacitar os nossos professores de novas competências pedagógicas. -----

O senhor Vereador Gil Porto afirmou de seguida que existem muitos projetos com envolvimento dos professores e inclusivamente dos pais. -----

Pediu para usar da palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins referindo que relativamente à EN114 e uma vez que os organismos competentes são bastante morosos na tomada de decisões, não haveria a

5

possibilidade da Câmara Municipal solicitar autorização para reforçar a sinalização de alerta, no sentido de evitar mais situações graves. -----

De seguida, usou da palavra o eleito senhor Luis Machado solicitou informação sobre que tipo de atividades são desenvolvidas no referido Projeto da Comunidade Empenhada no Sucesso Escolar e demonstrando interesse em agendar uma visita às obras do Mercado Municipal. -----

Também a eleita senhora Sónia Ramos solicitou esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Escolar já referenciado, porque desconhecia a sua existência. -----

O eleito senhor Manuel Coelho pediu a palavra salientando que as pedras existentes nas bancas do Mercado Municipal dificilmente serão colocadas de novo, com as mesmas funções, uma vez que a legislação já não o permite. -----

Pediu a palavra a senhora Presidente da Câmara para responder à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela que a Câmara não pode fazer o tipo de intervenção que a eleita tinha proposto e continuará a insistir as vezes que forem necessárias até serem tomadas as medidas necessárias, no que respeita a este como a outros pontos negros do nosso concelho, como é o caso da Avenida Gago Coutinho. Quanto ao Projeto da Comunidade Empenhada no Sucesso Escolar afirmou que a candidatura e o projeto foram aprovados em sessão da Câmara Municipal e estavam contemplados nos documentos previsionais dos últimos dois anos. -----

De seguida deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto, o qual referiu algumas das atividades desenvolvidas: Espaço de Teatro, Cinema de Animação, projetos desenvolvidos no âmbito da Oficina da Criança, tais como: "À mesa não se brinca" e "Montemor ao pormenor", entre outros. Ainda outros projetos em parceria com o Centro de Ciência Viva de Estremoz, como: "A escola vai ao Museu", entre outros. -----

Usou da palavra de novo a eleita senhora Sónia Ramos para perguntar quem são os parceiros deste Projeto. -----

O senhor Vereador Gil informou que de acordo com as regras de contratação foram desenvolvidos os respetivos procedimentos e convidadas três entidades para cada. Um dos processos já finalizado foi atribuído ao Centro de Ciência Viva, o qual já está a desenvolver atividades, os restantes estão ainda por finalizar, durante o prazo de vigência do projeto que serão dois anos. -----

Uma vez que não dispunha de outras informações, o senhor Vereador Gil Porto informou que será remetida informação sobre os restantes procedimentos a decorrer.

Ainda sobre o mesmo assunto, o eleito senhor Luis Machado solicitou informação sobre algumas entidades de Montemor que terão sido convidadas. -----

Em resposta o senhor Vereador Gil Porto informou sobre empresas convidadas: Oficinas do Convento, Alma D'Arame, Algures, entre outros. -----

A mesa procedeu de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, não tendo havido nenhuma intervenção. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Sandra Cristina E. Matias

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues